



**Assessoria à Implementação de Propostas de
Políticas Públicas de Fomento ao
Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional
nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Mapeamento técnico para a região de articuladores
de Botucatu**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Botucatu, 08 de janeiro de 2021

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Introdução

Este documento refere-se à primeira etapa do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getulio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Para a implementação deste projeto o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões¹, conforme apresentado a seguir, com destaque para a região de Botucatu, objeto deste documento.



Figura 1: Divisão regional do projeto

Nesta etapa é apresentado o **Mapeamento Técnico da Região de Botucatu**, o qual objetiva fornecer informações relevantes para construção de agenda de ação conjunta e sugestões de formulação e implementação de

políticas públicas ligadas a sete temas principais:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

O diagnóstico conta com a descrição detalhada sobre três dimensões de análise. Cada uma delas se alinha a questões referentes às sete diretrizes acima mencionadas:

- ▣ **Dimensão social:** compreende dados de demografia, educação, saúde, assistência social e índices de desenvolvimento humano;
- ▣ **Dimensão econômica:** contempla dados regionais sobre o Produto Interno Bruto (PIB), as vocações econômicas e o setor agropecuário; e

¹ As Regiões de Articuladores correspondem aos conjuntos de municípios que formam as áreas de atuação

e de aplicação dos Planos de Ação desenvolvidos no âmbito deste Projeto.

- ▣ **Dimensão institucional:** abrange dados fiscais recentes, o cenário de consórcios intermunicipais e de instrumentos de planejamento, bem como dados sobre inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais.

As fontes utilizadas consistem, principalmente, das versões mais recentes de bancos de dados públicos como os mantidos por: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Receita Federal, entre outros. Para tópicos específicos, como inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo e compras governamentais, foram utilizados dados coletados em pesquisa primária realizada conjuntamente pela equipe especializada do SEBRAE-SP e a equipe técnica da FGV junto a uma amostra de municípios do estado de São Paulo.

Assim, a aproximação analítica com a região foi realizada com metodologia coerente com a proposta discutida com o SEBRAE-SP, visando a produzir um diagnóstico regional capaz de direcionar a formação da agenda de políticas e a formulação do plano de ação que será aplicado posteriormente no decorrer do projeto.

2. A dimensão social

2.1 Características demográficas

A população da região distribui-se em 30 municípios dos quais quase a metade (46%) possuem até 10.000 habitantes. Botucatu e Avaré são as únicas cidades a ultrapassarem a marca de 90.000 habitantes, ao abrigarem 146.497 e 90.655 pessoas, o que corresponde, cerca de 23,6% e 14,6% do total de indivíduos vivendo na região, respectivamente.

A população total da região equivale a apenas 1,4% do total estadual (45.919.049 moradores). Além disso, seu crescimento populacional em anos recentes (0,85%) foi ligeiramente superior ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (0,83%) e a 13º entre as demais regiões paulistas.

Em termos da estrutura etária, verifica-se distribuição assemelhada na comparação região-estado, mas regionalmente sub-representada entre as mulheres principalmente na faixa etária de 25 a 45 anos e sobre-representada entre os homens acima dos 45 anos de idade. O índice de envelhecimento encontra-se em um nível pouco superior àquele apresentado pelas demais regiões do estado.

A predominância dos homens em relação as mulheres é uma particularidade da região que apresenta razão de sexos de 101 homens para cada 100 mulheres, a 3ª maior do estado.

Complementarmente, a razão de dependência, índice que mede a relação entre o grupo formado por jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65 anos para cada 100 indivíduos com idades entre 15-64 anos, é uma das maiores do estado, ocupando a 4ª colocação na comparação com as demais regiões.

A respeito da taxa de fecundidade regional, esta se mostra ligeiramente acima (1,70 filho por mulher ante 1,68 no estado), e a 6ª dentre todas as 27 regiões paulistas. Distributivamente, a fecundidade atinge ápice entre as mulheres de 15 a 25 anos, padrão relativamente mais jovem ao estadual. Apesar de a região apresentar um índice de envelhecimento superior à média estadual a maior taxa de fecundidade tende a equilibrar as expectativas com relação a disponibilidade de mão-de-obra em idade economicamente ativa no futuro.

Por fim, sobre a mortalidade, a taxa bruta (TBM) regional sofre impacto da maior presença de populações mais envelhecidas, o que contribui para que a TBM aferida se situe no patamar de 7,5 óbitos/1.000 habitantes, cerca de 13,6% superior aos 6,6 óbitos/1.000 habitantes observados no conjunto do estado. O padrão de maior mortalidade na região se repete tanto entre os homens (TBM de 8,2 ante 7,3) quanto entre as mulheres (TBM igual a 6,8 ante 5,9). Analisando-se a mortalidade por grupos etários, nota-se que ela é menor para os homens em

quase todas as faixas etárias, exceto entre os meninos com menos de 10 anos de idade. Já entre as mulheres, a mortalidade é maior entre as mais jovens, até os 20 anos de idade e entre as mulheres mais velhas, acima dos 60 anos.

Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região de Botucatu, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas regionalmente customizadas.

2.2 Características educacionais

A primeira análise consiste no número de matrículas por docente (indicativo de sobrecarga do sistema educacional). A esse respeito, a região apresenta números superiores de matrícula por docente na educação infantil e no ensino de jovens e adultos e números inferiores nos demais níveis (ensinos fundamental e médio). Pode-se caracterizar a região como um local dependente do ensino público, uma vez que a rede pública concentra, em cada etapa da Educação Básica, não menos do que 79% das matrículas totais. Com relação ao ensino profissional, destaca-se o fato de que a modalidade predominante seja, em termos de matrículas por docente, o curso concomitante ao ensino médio e de que exista baixa variedade de cursos federais na região (6 de 22 eixos temáticos presentes). Apesar disso os



eixos temáticos estão em consonância com as vocações econômicas da região, com cursos voltados para as áreas de automação e agroindústria.

Quanto ao IDEB, dados do ano de 2017 mostram que 83% dos municípios apresentaram notas abaixo da meta para os anos finais do ensino fundamental, apesar de alto, o percentual é ligeiramente abaixo do apresentado pela média estadual de 85% dos municípios. Este padrão também se repete nos anos iniciais do ensino fundamental, entretanto a diferença é maior, com 23% dos municípios abaixo da meta na região ante 27% no Estado.

Os dados mais recentes do IDEB (2019) demonstram que o percentual de municípios na região abaixo da meta aumentou tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do ensino fundamental (43,3% ante 23,3% e 93,3% ante 83,3%) e que a situação da região é pior do que as demais regiões do estado, sobretudo com relação aos anos finais do ensino fundamental. Apesar disso, a média do IDEB da região registrou melhora em relação aos anos finais do ensino fundamental (4,9 ante 5,1) e ao ensino médio (3,9 ante 4,1), resultados estes equiparados a média estadual. Por fim, o ensino superior é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a agricultura,

silvicultura, pesca e veterinária (11% ante 2% no estado) e saúde e bem-estar (23% ante 17%). A região possui 14 instituições de ensino superior (3 públicas e 11 privadas), sendo 1 centro universitário e 13 faculdades.

2.3 Características da área de saúde

Os 30 municípios da região respondem por cerca de 2,2% (ou 1.879) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no estado. Apesar de aparentemente pouco equipada, a região se mostra, na verdade, sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (1,4%, ou 620.712 habitantes).

Na comparação com o restante do estado, nota-se ênfase na rede ambulatorial de atenção básica, que representa quase a metade dos estabelecimentos de saúde na região (49,1%). Tal participação, se mostra superior ao índice estadual (33,0%), o que não se repete para os demais estabelecimentos da rede ambulatorial e hospitalar em geral, seja no conjunto de estabelecimentos de média complexidade seja naquele de alta complexidade. Com relação às unidades ambulatoriais de média complexidade vale ainda enfatizar que quase a totalidade das 909 existentes na região – 902 unidades, ou 99,4% delas – se refere a equipamentos das

redes municipais de saúde, padrão consonante ao observado no conjunto do estado (99,3%).

Apesar da boa oferta de estabelecimentos de saúde quando comparada às demais áreas do estado, a região de Botucatu se mostra subequipada quanto à disponibilidade, por 100.000 habitantes, de ventiladores pulmonares (-20,5%) e leitos de internação em UTI (-63,1%), o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19.

As causas mais comuns de internação na região foram gravidez, parto e puerpério, doenças do aparelho circulatório e doenças do aparelho respiratório. Deve-se destacar ainda a participação de fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com serviços de saúde embora represente somente 3,7% do total de internações na região encontra-se em um patamar 30% superior em comparação as demais regiões do estado.

O perfil de mortalidade segue padrão semelhante ao perfil de internações, marcado por alta participação de doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório nos óbitos registrados. Soma-se a essas causas os neoplasmas, segunda causa mortis mais frequente. Acidentes e violência também aparecem como uma das principais causas de mortalidade na região (7,5% do total de óbitos)

e sua participação é cerca de 10% superior ao percentual apresentado pelo restante do estado.

2.4 Características da Assistência Social

No geral, a região apresenta volume de equipamentos de serviços públicos superior à sua representação populacional, exceto com relação aos centros de referência especializados para população em situação de rua (Centro POP). A região possui 43 CRAS e 6 CREAS respondendo por cerca de 3,8% e 2,0%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no estado e 499 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência. Existem 50 Unidades de Acolhimento, que é o equipamento público responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos.

Entre as 59.226 famílias cadastradas no Cadastro Único (1,4% do total estadual), a região possui um perfil diversificado que abrange catadores de materiais recicláveis, famílias em assentamentos da reforma agrária, pessoas em situação de rua, famílias de agricultores familiares e indígenas. Dentre todas essas classificações, a informação que se destaca é que a região de Botucatu possui 5,0%

do total de famílias em assentamentos de reforma agrária cadastradas no CadÚnico, o que corresponde a 0,66% do total de cadastrados da região. A constatação desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

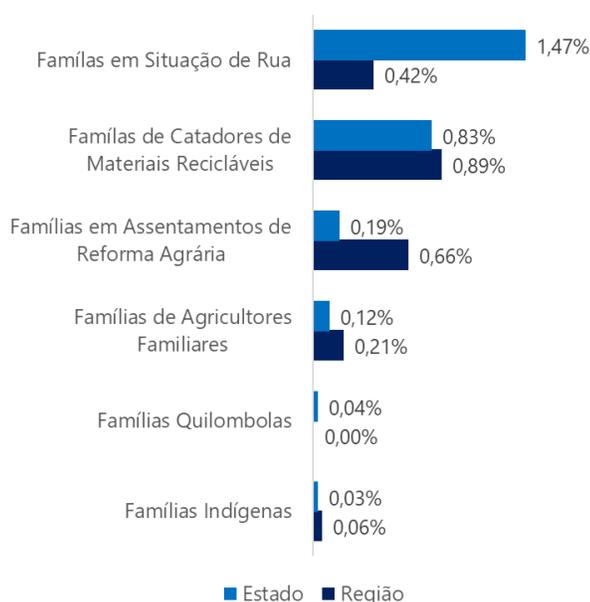


Figura 2: Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual

Com relação ao CadÚnico e à pobreza, a região de Botucatu possui 13,0% a mais de cadastrados que a média das demais regiões. A situação da extrema pobreza é, comparativamente, menos crítica, uma vez que o contingente populacional vivendo em tal situação de vulnerabilidade é 12,5% menor na

região ante o Estado de São Paulo. Ressalta-se, porém, que tal situação não deve ser subestimada, dado que 8,3% da população total da região se encontra em situação de extrema pobreza.

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos da região recebem auxílio financeiro é o Bolsa Família (10,9% das famílias). A região ocupa posição superior (5º lugar) no ranqueamento das regiões paulistas segundo as maiores parcelas populacionais beneficiárias do auxílio. Isso indica menor vulnerabilidade socioeconômica na região quando comparada às demais regiões paulistas.

Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes devido à pandemia de COVID-19, é o auxílio emergencial. Botucatu ocupa a 13ª posição no ranqueamento dos maiores beneficiados pelo programa, uma vez que 8,6% da sua população é recebedora do auxílio (ante média estadual de 9,0%).

A região apresenta tanto para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quanto para o Índice Paulista de

Responsabilidade Social (IPRS)², níveis próximos, para as dimensões educação e longevidade, porém mais baixos para a dimensão renda quando comparada à média estadual.

Quanto à classificação dos municípios por grupos de IPRS, existe concentração nos grupos em transição e equitativos, mas também um percentual significativo de municípios vulneráveis. A população, em sua maioria, reside em localidades classificadas como equitativas e desiguais. Ao se comparar com o estado, a população residente em municípios classificados como desiguais é menor, entretanto, a população residente em municípios vulneráveis é significativamente superior.

3. A dimensão econômica

3.1 PIB regional

A análise do PIB revela certa disparidade entre os indicadores regionais com os do Estado e das demais 27 regiões. Ademais, um olhar sobre o PIB intrarregional evidencia que os municípios pertencentes à região de Botucatu são extremamente diferentes, com certas localidades podendo ser consideradas ricas e

outras pobres. Tal discrepância indica que o desempenho econômico relativamente abaixo da média na região como um todo não pode ser explicado por fatores geográficos, o que demonstra o potencial de crescimento da região, caso municípios com baixa geração de riqueza tenham atividades que alavanquem sua produtividade.

Com PIB *per capita* de apenas 56,1% do valor médio do estado, verifica-se que Botucatu corresponde a 2ª região com menor desenvolvimento econômico estando atrás apenas do Vale do Ribeira.

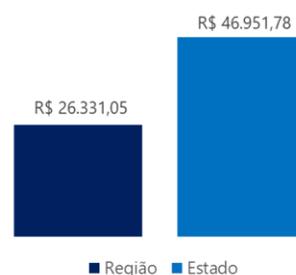


Figura 3: PIB *per capita* na região de Botucatu em comparação com a média estadual

A maior diferença na comparação região-estado é observada na representatividade da agropecuária para o PIB regional de Botucatu (+475%), demonstrando a vocação da região para esta atividade econômica, que tende a

² O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) é formado por três indicadores sintéticos setoriais: renda, escolaridade e longevidade; e 5 tipologias para

municípios: dinâmicos, desiguais, equitativos, em transição e vulneráveis social. Maiores detalhes em < <http://www.iprs.seade.gov.br> >

gerar menores valores de PIB *per capita*. Além da vocação para a agropecuária, se observam índices moderados de industrialização (19,7% do PIB), embora em patamar ligeiramente inferior àquele observado no restante do estado (21,2%). Dessa forma, há na indústria uma alternativa de agregação de valor para a cadeia produtiva iniciada na agropecuária.

Embora os setores de serviços e comércio sejam responsáveis pela maior parcela do PIB regional (53,1% da produção econômica), sua representatividade é menor em relação à média estadual. Por fim, chama a atenção a representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB regional, o que indica a existência de oportunidade para que a iniciativa privada busque uma participação maior no desenvolvimento econômico da região.

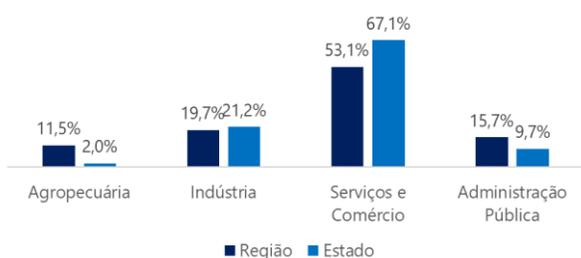


Figura 4: Composição do PIB setorial na região de Botucatu em comparação com o restante do Estado

3.2 Vínculos empregatícios e rendimentos

Na análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que Botucatu possui presença equilibrada de micro e pequenas empresas quando comparada ao restante do estado, entretanto, as MPE's possuem maior participação no total de vínculos formais, estando na 6ª colocação com 51,0% dos vínculos formais de emprego. A presença de grandes empresas na região é ligeiramente superior ao restante do estado (12,2% ante 11,4%), mas sua participação no total de vínculos é significativamente menor.

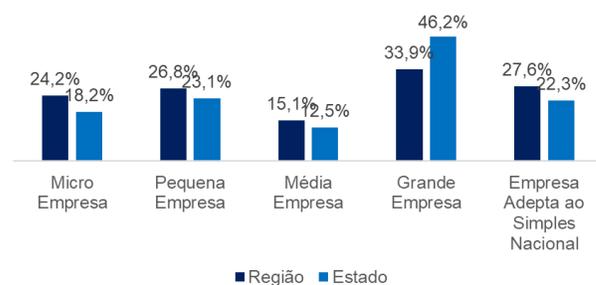


Figura 5: Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Botucatu em comparação com o restante do Estado

Por se tratar de uma região com menor desenvolvimento econômico, o rendimento médio dos trabalhadores é inferior àquele observado no restante do estado independentemente do porte da empresa. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores recebem o equivalente a 70,1% da média estadual. A região de Botucatu é a 5ª entre as

quais com menores rendimentos médios, condizente com os resultados verificados para o PIB *per capita* na região (2º menor do estado).

3.3 Formalidade e informalidade dos vínculos empregatícios

No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente está em nível intermediário, quando comparado às demais regiões do Estado. Para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos há 335 vínculos formais (18ª posição), o que pode indicar maior informalidade frente as demais regiões. Por outro lado, apresenta uma situação melhor com relação ao número total de MEI's para cada 1000 habitantes, localizada na 11ª colocação no ranking regional. Embora não seja possível determinar com precisão o nível de informalidade na região, é possível constatar que há espaço para avanços, principalmente com relação a geração de vínculos formais de emprego.

Um aspecto importante no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador ao sistema de seguridade social se refere aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do estado foi aferido o número total de registros ativos por região. Os

resultados são apresentados de forma relativa à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). A região apresenta 90 MEIs registrados para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos e se situa em nível relativamente mais alto (17ª colocação) quando comparada as demais 27 regiões. Este indicador variou entre 78 para na região de Barretos até 100 na região do município de São Paulo (Capital Leste e Capital Sul).

A análise dos setores produtivos com base no número de vínculos formais por atividade produtiva, confirma que há vocação para o setor agropecuário. Nesse contexto, a atividade de maior destaque comparativo é a agricultura (+677,7%), responsável por 7,0% do total de vínculos formais na região, mas por apenas 0,9% no conjunto do Estado de São Paulo. Outra atividade que merece destaque é a confecção de artefatos de vestuário e acessórios, responsável por 8,3% do total de vínculos formais cuja sobre-representação é significativamente superior ao restante do estado (+538,4%).

Outras atividades industriais que combinam elevada participação no total de vínculos formais na região e sobre-representação ante o conjunto do estado são (i) a fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, (ii) a fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas. Nota-se, pois, que, com



exceção da produção de automóveis e móveis, a indústria básica é aquela de maior destaque regional em termos do nível de empregos.

3.4 Atividades econômicas

Na região existe grande participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas (61,6%), que em sua maioria aderem ao programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal (Pronaf). Entre os 9.921 estabelecimentos agrícolas registrados nos 30 municípios da região de Botucatu, 3.580 (36,1%) aderiram ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), número 6,8% superior ao restante do estado (33,8%).

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios sobre sua vocação agrária e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo. As atividades que mais se destacam são a pecuária e criação de outros animais (61,3%), esta com representatividade superior ao estado; a produção de lavouras temporárias (15,2%) e a produção de lavouras permanentes (11,8%), estas últimas com participação inferior ao restante do estado.

Além da agropecuária, algumas atividades industriais também se destacam entre as principais atividades econômicas, como a

confeção de artefatos de vestuário, fabricação de automóveis e outros equipamentos de transporte, fabricação de móveis e fabricação e refino de açúcar.

3.5 Associativismo e assessoria técnica para estabelecimentos

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas cerca de 24,1% aderem a algum tipo de associação, em especial às cooperativas (67,6% dos estabelecimentos associados) e as entidades de classe e sindicatos (27,3%). Apesar de grande participação na atividade econômica da região, a associação entre os estabelecimentos desse tipo ainda se encontra em patamar inferior as demais regiões do estado o que coloca a região de na 21ª posição no ranqueamento estadual.

Quanto à assistência técnica, 42,5% dos estabelecimentos agrícolas da região têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria (53,1% do total) e as oferecidas pelo Governo (23,9%). É importante ressaltar, ainda, a baixa participação da assessoria proveniente das cooperativas, (17,2%) bem como do Sistema S (0,2%), o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar



com menores possibilidade de acesso a uma assessoria privada.

3.6 Emprego e níveis de ocupação

Sobre a análise do nível de emprego no contexto pandêmico a situação no Estado de São Paulo é a seguinte: (i) aumento da taxa de desocupação, (ii) estabilidade na taxa de participação na força de trabalho (total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas), (iii) redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social, (iv) redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto, (v) aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia, (vi) redução da Taxa de Informalidade e (vii) impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Na região de Botucatu, os dados para o período de janeiro a julho de 2020 revelam que houve perda de 1.862 vagas formais. Vale ressaltar que o momento de maior supressão de empregos no ano se deu em abril (-1.778). A partir de junho houve aumento gradual nos saldos mensais de contratações, o que atenuou a perda de empregos observada.

Estruturalmente, tem-se que as MPEs foram mais afetadas (-5,4%), mesmo que em menor

proporção do que a média estadual (-10,7%), enquanto o nível de empregos se viu menos impactado nas empresas médias e grandes tanto na região (-1,0%) quanto em âmbito estadual (-2,9%). De qualquer forma, o menor impacto da crise na economia regional pode ser explicado em grande parte pelas vocações econômicas que direcionam a economia regional para a agropecuária e indústria e a tornam comparativamente menos dependente de comércio e serviços, setor mais afetado pela diminuição da circulação de pessoas durante a pandemia.

4. Dimensão Institucional

4.1 Gestão fiscal

A receita *per capita* de Botucatu localiza-se na 22ª posição dentre as regiões de articuladores analisadas, em nível 14,4% abaixo da média estadual (R\$ 3.346,25 ante R\$ 3.910,65) e com grande heterogeneidade entre os 30 municípios. Por sua vez uma característica comum às cidades da região é a dependência de receitas obtidas por meio de transferências, com maior participação no total do que as receitas próprias. A esse respeito, o conjunto das 30 cidades apresenta participação 55,0% menor das receitas próprias do que a média do Estado de São Paulo.

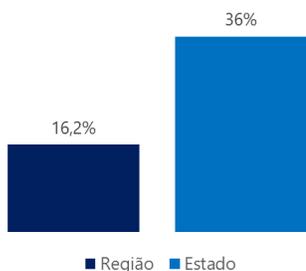


Figura 6: Participação Da Receita Própria

Cabe ressaltar que, ao discutir a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, o percentual de transferências federais foi maior do que o percentual de transferências estaduais. Esse padrão é diferente do restante do Estado de São Paulo, em que as transferências estaduais possuem um maior peso nas transferências recebidas pelos municípios.

Do ponto de vista das despesas a região de Botucatu tem um valor de gastos *per capita* (R\$ 2.743,78) 17,3% inferior ao restante do estado de São Paulo (R\$ 3.317,68), algo condizente às menores receitas por habitante da região. Em comparação às demais regiões, as despesas *per capita* se situam em patamar mais baixo (22ª posição). Na análise do perfil de gastos, percebe-se maiores gastos em educação, saúde, assistência Social e agricultura do que o conjunto paulista. A região também possui um maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida (RCL) que a totalidade do estado. Isso exerce impacto

direto na classificação dos municípios segundo o respeito aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Vale destacar, que 21 dentre os 30 municípios estão em conformidade à LRF, enquanto 3 se encontram acima do limite prudencial (54% da RCL destinadas a gastos com pessoal), 1 acima do limite máximo (60% da RCL) e outros 5 não disponibilizaram informações comparáveis, o que impede a sua classificação.

Os indicadores de capacidade de pagamento (CAPAG) municipais mostram que a região possui proporções de municípios com nota CAPAG nos níveis A (13,3%) e B (16,7%) ligeiramente inferiores às demais áreas do estado (9,9% e 20,2%, respectivamente). Além disso, as notas de liquidez indicam um possível gargalo para uma melhor saúde fiscal dos municípios da região.

4.2 Instrumentos de planejamento setorial

Existe enorme discrepância na sua implementação, pois a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatória tende a gerar maior implementação desses instrumentos. Esta é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e assistência social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade

política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, como ocorre em áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou estão sujeitas a menores incentivos federais (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

4.3 Instrumentos de planejamento territorial: consórcios intermunicipais

O consorciamento pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Vale ressaltar que esse padrão é observado em âmbito estadual, porém não é realista para descrever a saúde na região de Botucatu. O mesmo raciocínio por trás dos consórcios em saúde, existiria na área de manejo de resíduos sólidos. Assim sendo, deve-se investigar por que para resíduos sólidos o número de consórcios é mais reduzido, uma vez que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União devem estar consorciadas. Apesar disso, a região de Botucatu apresenta consorciamento

ligeiramente superior (17% ante 16%) nesta área em comparação as demais regiões do estado.

Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam números menos promissores, como ocorre com a educação. Ponto de destaque na região de Botucatu é o elevado percentual, embora reduzido em termos absolutos, de cidades consorciadas nas áreas de desenvolvimento urbano, turismo e educação. Em todas as temáticas a taxa regional supera a estadual, exceto na área da saúde (30% ante 37%).

Cerca de 43% dos municípios da região participam de ao menos 1 consórcio, de forma que ela é classificada na 17ª posição com taxas mais elevadas nesse quesito. Nessas circunstâncias, a região de Botucatu possui, de forma geral, uma propensão intermediária ao consorciamento, ao menos para o agregado das áreas de políticas públicas analisadas. Um indicador desse tipo pode servir de referência para a atuação do SEBRAE-SP visando identificar quais estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.

4.4 Instrumentos de gestão de fomento ao empreendedorismo

No caso da Lei Geral, ressaltando-se a defasagem dos dados (atualizados em 2014),



há maior adesão na região de Botucatu ante o conjunto do Estado de São Paulo (+13,2%). O mesmo ocorre a respeito da Via Rápida Empresa (+11,5%), entretanto em relação aos demais instrumentos de gestão a região deixa a desejar com menor presença do conjunto de Sala do Empreendedor e SEBRAE bem como da implantação de Políticas de Desenvolvimento. O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para que o SEBRAE-SP oriente suas ações de assessoria técnica na região visando a melhorar sua performance, pois as médias estaduais parecem indicar que há espaços para tanto.

Em relação à performance comparada da região em relação às demais 27 do restante do estado, os dados revelam que Botucatu se encontra em patamar intermediário com relação a (i) implementação da Lei Geral e em patamar inferior nos seguintes instrumentos de gestão local: (ii) Sala do Empreendedor (17^a) e (iii) presença do SEBRAE (25^a). Por outro lado, está melhor colocada na implementação do instrumento Via Rápida Empresa (10^a posição). Esses tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

Nos demais instrumentos de gestão local, a situação da região é a que segue. No uso do poder de compras encontra-se em situação mais favorável no nível intermediário do que o restante do estado, por outro lado, com relação a desburocratização encontra-se em nível menos avançado e quanto aos agentes de desenvolvimento, encontra-se equiparada em relação à média estadual. Na Rede Simples, a região ocupa uma posição melhor no nível intermediário em relação à média estadual e mais atrasada no nível básico.

4.5 Políticas de apoio ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema de associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença de mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação



acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, mostra-se relevante que o SEBRAE-SP contribua na capacitação das prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que exista a possibilidade de sua expansão uma vez que 25% das prefeituras não organizam feiras municipais. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para a avaliação da viabilidade de incentivos nessa direção. Essa é, portanto, mais uma área de atuação que se abre ao SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.6 Compras governamentais

Quanto aos resultados da pesquisa primária relativa às compras governamentais, o perfil de respondentes foi composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter

empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do site da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Em 86,4% das cidades existe algum tipo de planejamento anual de compras e há alta frequência a cursos de atualização e de capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de Botucatu, há

indicativo de maior uso do pregão em comparação ao estado. A dispensa da licitação, apesar de equiparada as demais regiões, aponta espaço para evolução no processo de compras. Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação é possível constatar o alto índice de uso do pregão eletrônico, o que é positivo, no entanto as compras realizadas por dispensa de licitação encontram-se em nível superior à média estadual. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

4.7 Inclusão produtiva

A pesquisa primária de inclusão produtiva mostrou um universo de respondentes diversificado, cujo perfil gerencial é similar às demais áreas investigadas. A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.



Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas.

Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. Resta saber se a causa é um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região de Botucatu, a maioria das cidades não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área. É significativo o número de cidades com ações de inclusão, sobretudo na



geração de trabalho e renda, porém, há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas.

No campo das ações de inclusão produtiva rural, 57% dos municípios desenvolvem algum tipo de ação, em sua maioria investem na aquisição de alimentos pelos programas PAA e PNAE, fomento a atividades produtivas e a empreendimentos coletivos, assessoria técnica e gerencial, acesso ao crédito e compras de equipamentos e em menor grau ações de doação de sementes, aquisições para atender demandas regulares e por fim apoio logístico.

As iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra são desenvolvidas pela maioria dos municípios (57% das cidades), mas chama atenção que 40% das cidades não possuem iniciativas nessa área. Com relação a inclusão produtiva, apenas 17% dos municípios desenvolvem ações nessa área em que predominam o fomento a atividades produtivas de artesanato e empreendimentos coletivos urbanos. Nenhum município da região conta com ações de assistência técnico-gerencial e incubação de empreendimentos.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, a maioria das cidades da região desenvolve esse tipo de ação (57% das

cidades). Destaque para o fato de quase todas as cidades com atuação nessa área disporem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, é muito menos usual a existência de ações de microcrédito produtivo, sendo essa uma realidade que, na região, está abaixo da média estadual.

Por fim, as ações de geração de trabalho e renda estão presentes na metade dos municípios da região, mas 37% não possui iniciativas nesse campo. O foco das ações está no apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Botucatu, mostram que se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Por outro lado, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo, o que indica espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

5. Considerações finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na

região de Botucatu é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

1. Inicialmente, há que se ressaltar que todas as análises apresentadas ao longo deste relatório tomam por base uma região que contempla uma quantidade significativa de municípios, mas menos expressiva quanto à participação de sua população no total paulista (620.712 habitantes, ou 1,4% do total paulista). Distributivamente, a população se encontra concentrada em seus dois maiores municípios – Botucatu e Avaré – onde vivem 38,2% dos moradores da região.
2. Importância de considerar-se a alta participação de pequenos municípios na região (46,6% até 10 mil habitantes), o que possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica. Nesse caso, o consorciamento e outras modalidades de associativismo podem ser ampliadas e qualificadas de forma a que se possa gerar economias de escala.
3. População com um nível de envelhecimento acima da média estadual (+3,7%) e taxa de

fecundidade ligeiramente superior (+1,19) são indicativo de que o processo de transição demográfica, caracterizado pela substituição de níveis altos de fecundidade e mortalidade por níveis mais baixos, ainda não ocorre na região, apesar do maior envelhecimento relativo da população. Tais características afetam a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional com maiores gastos em saúde e assistência social.

4. Em termos da estrutura etária, a razão de dependência calculada para a região de Botucatu é superior ao restante do estado. Assim sendo, verifica-se sub-representação regional entre as mulheres jovens (principalmente entre 25 e 45 anos) e sobrerrepresentação entre os grupos mais velhos de homens acima de 40 anos e entre as crianças de até 10 anos de idade de ambos os sexos. Tal característica não é irrelevante porque enquanto os idosos não mais voltarão a ser considerados membros do grupo em idade ativa, os jovens passarão a sê-lo tão logo alcancem os 15 anos de idade e, com isso, sejam considerados, para fins estatísticos, aptos a integrar a força de trabalho.
5. Educação básica majoritariamente pública, mas com espaço para ampliação do quadro de recursos humanos, uma vez que os

docentes são sobrecarregados com mais alunos que a média estadual em todas as etapas da educação infantil o que não ocorre nos ensinos fundamental e médio.

6. Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais. Vale ressaltar que, atualmente, existe oferta de cursos técnicos federais na região em 6 dos 22 eixos temáticos. Os cursos disponibilizados estão em consonância com as vocações econômicas, o que não diminui a necessidade de ofertar mais cursos de outros eixos temáticos com vistas ao desenvolvimento econômico e ao aumento da produtividade regional.
7. Qualidade do ensino é um tema relevante, tanto as notas de 2017 quanto as notas mais recentes do IDEB de 2019 demonstram que a região equipara-se a média estadual em todas as etapas do ensino. Embora a participação dos municípios com notas do IDEB abaixo da meta tenha aumentado de 2017 a 2019, ainda assim apresenta resultado parecido ou superior ao restante do estado. A região apresenta maior disposição ao consorciamento nesta área e sua ampliação pode ser uma saída oportuna, visando a realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).
8. O ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos ligados a agricultura, silvicultura, pesca e veterinária (+450%) e saúde e bem-estar (+35,2%). É importante que se implementem políticas que aproveitem esse capital humano qualificado como indutor do desenvolvimento econômico regional principalmente com relação aos cursos voltados à agropecuária.
9. Estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de atenção básica (+48,7%). Entretanto, a região se mostra subequipada na disponibilidade de respiradores e leitos de internação hospitalar em UTI, o que evidencia gargalo importante no enfrentamento da atual pandemia de COVID-19. Diante do perfil mais envelhecido da população, a saúde pública parece ser uma área com desafios maiores, ainda mais considerando que a demanda deverá crescer no cenário pós-pandemia. O consorciamento se destaca como resposta essencial a ser construída

ou aprofundada no enfrentamento dessa questão.

10. Os maiores descompassos região-estado nos indicadores de internação e mortalidade ocorrem para dois grupos de enfermidades. Por um lado, os fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde, a despeito de terem maior incidência de internações na região (+30,0%), não responderam por nenhuma morte no período, o que é esperado dado que corresponde a internações provenientes de indicação médica, o que pode sugerir êxito regional na disponibilização de consultas e atendimento aos pacientes. Por outro lado, a mortalidade decorrente de acidentes e violência é maior na região (+10,0%) em comparação ao estado, o que poderia ser parcialmente explicado pelo perfil de sobremortalidade apresentado para a população masculina nas faixas etárias dos 25, 40 e 50 anos, comparativamente ao estado.
11. Vulnerabilidade social comparativamente menor em termos de população vivendo em extrema pobreza, mas IDHM ligeiramente inferior à média estadual. O PIB *per capita* se encontra em patamar significativamente inferior à média estadual.
12. Há concentração de municípios nos grupos classificados pelo IPRS como em transição e equitativos, apesar da população, em sua maioria, residir em localidades classificadas como equitativas e desiguais. Ao se comparar com o estado, a população residente em municípios classificados como vulneráveis é significativamente mais alta.
13. Assistência social se encontra melhor posicionada no quesito oferta de equipamentos públicos em comparação ao percentual de participação regional na população total do estado. A partir da análise da extrema pobreza na região, tem-se que a vulnerabilidade social encontra-se no nível intermediário. A penetração do programa Bolsa Família é ligeiramente superior e do auxílio emergencial ligeiramente inferior, quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo. As políticas de inclusão produtiva não deixam de ser importantes na região.
14. Existe disparidade econômica regional, o que indica que programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode

ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

15. Economia regional com forte presença das atividades de comércio e serviços (53,1%). Entretanto, apesar de majoritária, tal participação se mostra comparativamente inferior (-20,8%) àquela evidenciada pela média do conjunto do Estado de São Paulo. Por outro lado, está em situação de superioridade ante a média paulista nos setores de agropecuária (+475%) e da administração pública (+61,8%) e ligeiramente inferior, mas ainda assim com uma participação importante, na indústria (-6,9%). A compatibilização das vocações agrária e industrial, evidenciadas pela comparação região-estado, revela possíveis caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento e potencializar e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

16. No campo do desenvolvimento econômico, ainda que a região seja vocacionada ao setor agropecuário, com sobre-representação regional na pecuária, também existem atividades economicamente importantes em outras áreas. Destaque para a fabricação de artefatos de vestuário, a fabricação de

automóveis e outros equipamentos de transporte, fabricação de móveis e produtos de madeira e fabricação e refino de açúcar, atividades regionalmente sobre-representadas comparativamente ao restante do estado.

17. Participação maior de MEIs do que a média estadual nos setores agropecuário e industrial, mas proporcionalmente menor em serviços e comércio. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão-de-obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir amplo espaço para incremento da oferta de cursos e atividades de educação profissional.

18. Informalidade em nível intermediário na região comparativamente ao restante do Estado com potencial de redução principalmente através da geração de vínculos formais de emprego.

19. Região caracterizada por baixo associativismo entre produtores rurais (7ª menor taxa do estado). O patamar de 24,1% de associativismo mostra existir caminho aberto para incentivar esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP seja pelos governos

locais. De forma mais específica, sobretudo a agricultura familiar mostra o potencial para o apoio técnico a esses produtores e para o campo das compras governamentais.

20. Cooperativas com menor atuação comparada entre os provedores de assistência técnica agropecuária. Sistema S com atuação em nível ainda mais baixo como provedor mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto aos produtores. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.

21. A moderada penetração da assessoria técnica (24,1% dos estabelecimentos agrícolas) é ainda mais desafiadora para a agricultura familiar, a qual apresenta menores possibilidades de acesso à assessoria privada, justamente a principal fonte provedora de apoio técnico às atividades agrícolas observadas na região (53,1% do total financiada com recursos próprios).

22. Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPEs, mas a região se viu menos afetada do que o restante do Estado de São Paulo. Isso é possivelmente explicado pela maior importância regional

das atividades agropecuárias, uma vez que regiões com maior dependência do setor de comércio e serviços foram as mais afetadas pela situação sanitária. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.

23. Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com predominância de receitas advindas dos governos federal, ao contrário do restante do Estado de São Paulo, o qual depende mais das receitas estaduais. Devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.

24. Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função de a região gastar mais do que a média estadual (+8,5%), o que exerce pressão direta sobre a conformidade dos municípios aos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser

incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.

25. Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números são bem mais modestos. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.

26. Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.

27. De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP).

Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.

28. O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Em todas as áreas, a taxa regional supera a estadual, com destaque para o desenvolvimento urbano e turismo em que é significativamente superior ao restante do estado o que demonstra uma maior disposição ao consorciamento entre os municípios da região. Ainda assim, reforça-se a importância do SEBRAE-SP na oferta de apoio técnico para a instalação de consórcios e para capacitar as prefeituras para que sigam atuando e ampliem suas iniciativas como alternativa de geração de emprego e renda e de melhoria na oferta de seus serviços.

29. A presença expressiva de associações, cooperativas e grupos informais também indica a existência de espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.



30. Em relação as compras governamentais, a região de Botucatu se destaca pelo maior uso do pregão em comparação as demais regiões do estado, mas há espaço para evolução, em especial devido ao índice de compras realizadas por meio de dispensa de licitação. A compra de alimentos destinados à educação aponta, no entanto, níveis mais elevados de dispensa de licitação, o que é negativo. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

31. Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.

32. Ações de inclusão produtiva, seja considerando-se a opinião média dos municípios paulistas, seja baseando-se em dados secundários da região de Botucatu mostram que se tratam de políticas públicas amplamente utilizadas, mesmo que existam diferenças nos níveis de adoção das ações. Por outro lado, não é pequeno o número de

idades que não dispõem de estudos ou diagnósticos sobre os desafios dessa área nem é desprezível o contingente daqueles em que tais ações não figuram como políticas públicas. Dessa forma, há ainda espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de fomentar e qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.